

Rezek alerta contra boca-de-urna

ADALDO CRUZ



Rezek alertou que a Justiça estará atenta à ação de boqueiros e pesquisadores nas seções

Em cadeia nacional de rádio e televisão formada ontem à noite, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Francisco Rezek, afirmou que as 5 milhões e pouco de pessoas que trabalharão na eleição e na apuração estarão sob a vigilância constante dos 82 milhões de participantes do processo eleitoral, “cada um deles particularmente interessado com que a verdade eleitoral transpareça e com que a escolha popular seja garantida nos seus efeitos”.

“Se a Justiça Eleitoral confia com firmeza no sistema, é porque nunca duvidou da integridade e da inteligência dos brasileiros no seu conjunto, dos brasileiros enquanto povo. Afinal, o nosso objetivo é um só: os candidatos, e nós, os eleitores, visamos todos alcançar aquela democracia definitiva com que devem ter sonhado há cem anos os fundadores da República, que passou por tantos tropeços, mas cuja construção final, agora, nada irá impedir”.

Rezek voltou a lembrar que não se permitirá que o eleitor seja incomodado na região do voto por pesquisadores ou propagandistas. O ministro observou que a proibição da boca de urna está contida na lei da eleição presidencial, votada por todos os partidos políticos representados no Congresso Nacional. Segundo ele, a propaganda junto ao local de votação poderia gerar o protesto de alguns e a ação da autoridade.

O presidente do TSE voltou a falar na isenção dos meios de comunicação, que, segundo ele, tiveram a contrapartida necessária — um grau ilimitado de liberdade que a Constituição de 1988 lhes garantiu. Rezek manifestou sua certeza de que essa postura será mantida, e afirmou que nunca antes na história do Brasil, e dificilmente no exterior, o eleitor terá convivido com uma gama tão vasta de candidatos de boa qualidade.

O horário gratuito de propaganda eleitoral no rádio e na televisão foi defendido por Rezek, para quem esta instituição “comporta talvez, no futuro, alguma melhoria por parte do Congresso Nacional” em relação à sua duração ou à distribuição do tempo.

O ministro anunciou seu reconhecimento a todos os que estão assegurando a realização “desse evento cívico”: os cerca de 1.500.000 mesários e apuradores, “que atuam nessa hora crítica do processo em troca de nada”, os jornalistas “que respondem pela cobertura”, os fiscais dos partidos políticos, equipe administrativa e técnica do TSE, os serviços de comunicações e de transportes civis e militares e os trabalhadores “que se defrontam agora com problemas do índole salarial mas que garantem que o processo eleitoral não sofrerá prejuízo em razão de suas reivindicações”.